



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito  
Federal  
Brasília Ambiental – IBRAM



**AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL N.º 001/2014 – IBRAM**

( ) 1ª Via Interessado      ( ) 2ª Via Processo      (x) 3ª Via Arquivo

Processo nº: 391.000.497/2011

Parecer Técnico nº: 085/2013 – GELOI/COLAM/SULFI

Interessado: JFE 23 – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

CNPJ: 12.052.522/0001-16

Endereço: SETOR DE CLUBES ESPORTIVOS SUL, TRECHO 04, LOTE 04, BRASÍLIA/DF.

Atividade Licenciada: AUTORIZAÇÃO PARA SUPRESSÃO DE VEGETAL NO HOTEL DE  
TURISMO DENOMINADO "HOTEL PORTO PARATY"

Prazo de Validade: 3 (TRÊS) anos.

Compensação: Ambiental (x) Não ( ) Sim - Florestal (x) Não ( ) Sim

**I – DAS OBSERVAÇÕES:**

1. Esta Autorização Ambiental só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal e em periódico de grande circulação no Distrito Federal, devendo essas publicações serem efetivadas a expensas do interessado, conforme previsto na Lei nº 041/89, artigo 16, parágrafo 1º, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Aceite. Após efetuada as publicações, entregar páginas dos jornais a este IBRAM, até 10 (dez) dias, SOB PENA DE SUSPENSÃO DA AUTORIZAÇÃO;
2. O IBRAM poderá, a qualquer tempo, suspender ou cassar esta Autorização, caso não sejam observadas as condicionantes, exigências e restrições contidas nela;
3. O interessado autorizado será o responsável pela adoção de medidas e cuidados

*Re*

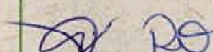
necessários à prevenção e reparação de danos ao meio ambiente;

4. Deverá ser mantida uma via desta Autorização no local do empreendimento/atividade;

5. As condicionantes da Autorização Ambiental nº 001/2014, foram extraídas da Parecer Técnico nº 085/2013 – GELOI/COLAM/SULFI (fls. 525 a 529).

## II – DAS CONDICIONANTES, EXIGÊNCIAS E RESTRIÇÕES:

1. O não cumprimento das condicionantes contidas nesta Autorização implicará na sua revogação e na aplicação das sanções e penalidades previstas na legislação ambiental, sem prejuízo de outras sanções e penalidades cabíveis;
2. O IBRAM, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, as medidas de controle e adequação. Bem como, suspender ou cancelar essa Autorização, caso ocorra:
  - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiem a expedição da autorização;
  - Graves riscos ambientais e de saúde;
  - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.
3. É proibida qualquer intervenção na área não autorizada por este Instituto, por meio desta autorização;
4. É obrigatório o acompanhamento permanente de um Engenheiro Florestal durante a operação de supressão da vegetação;
5. Encaminhar os dados de campo do inventário em planilha eletrônica editável e impressa enfocando as informações estatísticas dos dados analisados, com ênfase nos dados volumétricos da madeira e dos erros amostrais do censo florestal levantado;
6. Encaminhar um relatório contendo todos os dados conclusivos da supressão, enfocando o empilhamento da madeira, o volume real de madeira e a destinação correta do material lenhoso.



7. O interessado está autorizado a suprimir os indivíduos arbóreos inventariados para os trechos do empreendimento, sendo: **361 indivíduos nativos**;
8. A título de compensação florestal deverão ser plantados **10.510 indivíduos de espécies nativas do Cerrado** conforme Decreto Distrital nº 14.783/1993 em local indicado pela SUGAP/IBRAM a ser definido no Termo de Compromisso a ser firmado junto àquela superintendência no ato da concessão da Licença de Instalação;
9. Para o transporte e o armazenamento de qualquer produto ou subproduto florestal nativo, será necessário cadastrar a autorização de exploração junto à DGPA/Superintendência IBAMA/DF – (61) 3035-3465 para que seja emitido o respectivo DOF (Documento de Origem Florestal), conforme Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21 de agosto de 2006;
10. Os comprovantes de emissão de Documento de Origem Florestal (DOF) deverão ser enviados à Gerência de Gestão Florestal no prazo de 10 dias após sua emissão;
11. A camada de solo de 0 a 40 cm misturada a restos da supressão vegetal, raízes e estacas, deverá ser depositada em local apropriado para futura utilização em áreas a serem recuperadas. Após a disposição deste material no local indicado, deverão ser feitas barreiras de contenção de modo a evitar carreamento de sedimentos;
12. Iniciar a atividade de supressão com o corte de indivíduos na ordem previamente estabelecida, visando reduzir ações que exponham o solo ocasionando maiores impactos;
13. Todo e qualquer material lenhoso deverá ser retirado dos caminhos, acessos e estradas, evitando qualquer forma de obstrução;
14. A queda das árvores deve ser sempre orientada na direção da área já desmatada e nunca na direção do maciço florestal.
15. A galhada resultante do corte deve ser removida o mais breve possível, visando prevenir a ocorrência de fogo no material seco.
16. Restringir a supressão de vegetação aos limites autorizados e realmente necessários;

17. Minimizar a supressão de vegetação, atendendo aos critérios de segurança para a instalação e operação do empreendimento;
18. Garantir a disposição e/ou utilização e destinação final adequada do material lenhoso e restos vegetais oriundos do desmatamento;
19. Minimizar os impactos sobre a fauna silvestre;
20. Para a utilização de motosserra é necessário o registro na categoria de proprietário de motosserra no Cadastro Técnico Federal da Atividade Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, a ser requerida na Gerência Executiva do IBAMA no DF. Caso seja realizado por empresa contratada, observar se esta possui registro;
21. O operador da motosserra deverá fazer uso dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
22. As máquinas, equipamentos, veículos e ferramentas para o desenvolvimento das atividades operacionais deverão estar sempre em excelentes condições de uso, minimizando as emissões de poluentes atmosféricos e geração de ruídos e garantindo segurança aos operadores.
23. Realizar a manutenção preventiva das máquinas, equipamentos e ferramentas que serão utilizadas para a supressão;
24. Observar as normas de segurança de trabalho e as premissas de prevenção da saúde e do meio ambiente;
25. É proibida a queima de qualquer material lenhoso a céu aberto (Lei nº 041/1989 e nº 3.232/03);
26. Caso haja qualquer modificação no cronograma da obra e/ou nos planejamento da supressão, comunicar a este Instituto e apresentar um novo cronograma;
27. Comunicar ao IBRAM o término da atividade de supressão, apresentando relatório final, descritivo e fotográfico, em no máximo, 30 (trinta) dias após a conclusão das atividades,

 RE

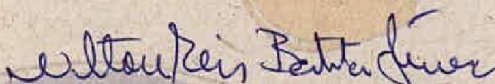
incluindo a quantificação do material lenhoso e a discriminação da destinação deste material;

28. Esta autorização ambiental não desobriga a obtenção de outras porventura exigidas por outros órgãos;

29. Toda e qualquer alteração do empreendimento deverá ser solicitada/requerida junto a este órgão;

30. Outras condicionantes exigências e restrições poderão ser estabelecidas por este Instituto a qualquer tempo.

Brasília, 17 de janeiro de 2014.

  
NILTON REIS BATISTA JUNIOR

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal  
Brasília Ambiental - IBRAM  
Presidente

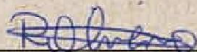
**IBRAM**

INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL

III - DE ACORDO:

Brasília, 23 de janeiro de 2014.

Nome: Paula Romão de Oliveira Franco

Assinatura: 

Doc. Identificação:

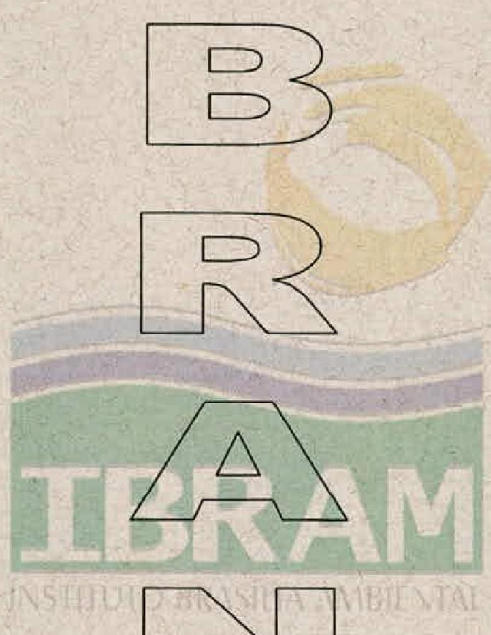


Confidencial



Confidencial

E  
M  
B  
R  
A  
N  
C  
O



"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SEPN 511 - Bloco C Edifício Bittar - Asa Norte - 5º Andar  
CEP: 70.750-543

*[Handwritten signature]*